# ROTEIROS DOS VÍDEOS DO EXPERIMENTO

**Roteiro do Vídeo – Reconhecimento dos Ganhos**

Olá pessoal, eu sou a Ana Freitas e estou aqui mais uma vez para falar sobre finanças e contabilidade. No vídeo de hoje vamos conversar sobre os reconhecimentos de ganhos com ação judicial que a Talu S/A (nesse momento aparece a logo da empresa no vídeo e depois de 3 segundos ele some) divulgou no relatório financeiro de 2021. Esse assunto é polêmico, muita gente não entendeu o acontecimento e eu vou explicar melhor isso tudo para você e deixar a minha opinião referente ao reconhecimento.

Para início de conversa vamos entender melhor o que é esse ganho. Os ganhos ocorreram porque a empresa **pagou mais PIS e COFINS do que devia**. Esse pagamento a maior aconteceu porque a base de cálculo estava incluindo o ICMS, o que deixava ela maior do que era.

Agora que já entendemos a origem do ganho, falta entender como a empresa agiu e os impactos para o mercado. Vamos dar uma olhadinha na explicação divulgada (aqui vai aparecer o trecho das NE em que a empresa informa a decisão do STF e depois de 3 segundos ele some)? Veja que desde março de 2017 **o Supremo decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e COFINS**. Com essa decisão, a Talu optou por reconhecer os benefícios com as operações que **passassem a ocorrer a partir da decisão** e entrou com uma ação judicial solicitando o direito de ter de volta o valor pago a maior nos últimos 5 anos. Veja bem pessoal, **esse é um direito que toda empresa tem** quando paga mais do que deve. No caso a abertura da ação na justiça é apenas a formalização do pedido.

Feito isso, a empresa resolve **não reconhecer nada do valor pago a maior nos últimos 5 anos**, isso até chegar em 2021, o que claramente mostra para a gente que a Talu teve **“dois pesos e duas medidas”**. Ela chega a mencionar que considera os valores de 2017 para frente prováveis, mas os anteriores não. Ou seja, **ela resolveu reconhecer os valores das operações a partir de 2017, mas não reconhecer nada dos valores anteriores a essa data**. Porém pessoal como o Supremo já havia decidido que o ICMS não compõe a base de cálculo, **a empresa já tinha o direito assegurado**, tanto que em junho de 2021 esse direito se formalizou.

Segundo as normas internacionais de contabilidade, a gestão da empresa **é responsável por fazer um julgamento correto** ao reconhecer eventos como esse. Por isso fica contraditório o julgamento dela de reconhecer os ganhos após a decisão do Supremo, mas não reconhecer os anteriores. A empresa tinha tanto a decisão favorável do Supremo quanto o valor do ICMS destacado nas notas ficais para mensurar o ganho, ambas informações confiáveis que ela **devia ter usado no seu julgamento**.

Não fica muito claro para um investidor, por exemplo, por que a empresa considera os valores posteriores como prováveis e os anteriores não, sendo que ela se embasa na mesma decisão em ambos os casos? Veja que (aqui vai aparecer o trecho das NE em que a empresa diz não considerar ativos contingentes e depois de 3 segundos ele some) a empresa chega a destacar que a possibilidade de não receber **é remota**.

Mas Ana, qual o problema de a empresa considerar os valores posteriores como certos e os anteriores como incertos, se no fim das contas ela acabou reconhecendo tudo? O problema é que esse valor gerou um ganho para a Talu e ganhos afetam o lucro que é uma informação importantíssima e que interfere em vários outros indicadores.

A empresa encerrou quatro exercícios sem reconhecer nenhum centavo de um ganho de quase 2 milhões de reais. Esse valor poderia estar melhorando os indicadores dela desde 2017, permitindo ao investidor uma análise mais adequada e assertiva. Isso prejudicou uma correta análise do desempenho por parte de quem está de fora da empresa. Essa era uma informação relevante e a Talu não foi tempestiva na sua divulgação. Tendo dito tudo isso, eu acredito que a empresa **errou ao reconhecer o ganho apenas no exercício de 2021**, especialmente porque ele altera os lucros e as previsões de lucros futuros e fez com que muita gente tenha visto a Talu como menos rentável do que ela realmente é.

Bom pessoal, eu fico por aqui e se você tem uma dica de outros evento para a gente analisar conta para a gente. Se você gostou do vídeo, curte, compartilha e indica para os seus amigos assistirem e aprenderem por aqui também.

**Roteiro do Vídeo – Reconhecimento das Perdas**

Olá pessoal, eu sou a Ana Freitas e estou aqui mais uma vez para falar sobre finanças e contabilidade com vocês e no vídeo de hoje vamos conversar sobre os reconhecimentos de perdas esperadas com os créditos duvidosos que a Talu Empreendimentos e Participações S/A (nesse momento aparece a logo da empresa no vídeo e depois de 3 segundos ele some) divulgou no relatório financeiro de 2021. Esse assunto é polêmico, muita gente não entendeu as decisões da gestão envolvendo o acontecimento e eu estou aqui para explicar melhor isso tudo para você e deixar a minha opinião referente ao reconhecimento das perdas.

Bom, como o nome sugere, essas perdas são aquelas que as empresas esperam ter com os clientes que não vão honrar o compromisso assumido, são os clientes inadimplentes. As administradoras de shoppings tiveram os últimos 2 anos bem conturbados em virtude da pandemia do Covid-19, especialmente com as medidas de isolamento social que levaram a queda do faturamento. Isso justificou o aumento do reconhecimento dessas perdas, especialmente para o ano de 2020.

Vamos dar uma olhada nos critérios que a Talu usou para mensurar o valor das perdas nestes últimos dois anos? (aqui vai aparecer a tabela com as faixas de atrasos e os percentuais de perdas), podemos ver que ela de 2019 para 2020 alterou bastante os percentuais que considera como credores duvidosos. Até 2019 quem estava com 60 dias de atraso, por exemplo, nem era considerado na estimativa de perdas, a partir de 2020 até mesmo os títulos a vencer já têm estimativas de perda. Agora o que chama mais atenção é a Talu não ter diminuído os percentuais de perdas de 2020 para 2021 dos títulos vencidos a mais de 90 dias (neste momento a tabela sai da tela).

Em 2021 o faturamento dos shoppings no país voltou a crescer. Ainda em janeiro de 2021 a associação brasileira dos shopping centers já falava na retomada do crescimento do faturamento e na expectativa de melhoria do setor. Olha essa reportagem divulgada na Revista Exame (aqui vai aparecer o recorte com trechos da reportagem), aqui a gente vê que a crise maior para o setor foi em 2020 e que para 2021 a expectativa já era de alta, **um crescimento de 10% a 12%**, o que é **muita coisa** gente. Além disso, novos estabelecimentos foram abertos. Uma coisa clara, se novos estabelecimentos estão sendo abertos é porque o setor já está se recuperando, **ninguém** continua abrindo lojas se o setor está retraindo, isso é clássico. Por fim, a associação relata que os pagamentos de aluguel dos lojistas foram negociados, além da estruturação dos esquemas de vendas on-line, que permitiram aos shoppings administrar e diminuir as perdas, por isso a estimativa de perdas da Talu deveria ter sido revista em todas as faixas no ano de 2021 (neste momento o recorte sai da tela).

O maior problema aqui pessoal é que quando uma empresa não avalia direito eventos estimados como esse, ela acaba prejudicando uma série de decisões que são tomadas pautadas no lucro, como por exemplo, o reconhecimento dos dividendos mínimos obrigatórios, além de prejudicar os indicadores que se baseiam no lucro. Isso porque **as perdas diminuem o lucro**. Atualmente, pelas normas internacionais de contabilidade, a gestão da empresa é responsável por fazer julgamento adequado sobre o reconhecimento de perdas estimadas, nesse caso a Talu **julgou mal os eventos** e isso afetou os lucros.

Como vocês podem ver, mesmo com a crise a Talu encerrou 2021 com lucro (aqui vai aparecer uma tabela com os resultados dos últimos 3 anos). Ela vem tendo bons resultados e com um valor justo da ação maior do que a cotação, o que deixa ela com atratividade de investimentos, assim o reconhecimento exagerado das perdas diminui potenciais investimentos nela (neste momento a tabela sai da tela).

Com base nisso, eu acredito que a empresa **errou ao reconhecer o volume que reconheceu de perdas no exercício de 2021**, ela deveria ter revisado e diminuído os percentuais de perdas esperadas em todas as faixas de atrasos, especialmente porque isso altera os lucros e as previsões de lucros futuros e fez com que muito investidor tenha visto a Talu como menos rentável do que ela realmente é.

Bom pessoal, eu fico por aqui e se você tem uma dica de outros eventos para análise, conta para mim. Se você gostou do vídeo, curte, compartilha e indica para os seus amigos assistirem e aprenderem por aqui também.